

Município de Cantanhede financia obras e equipamentos da Freguesia de Cadima



A Câmara Municipal de Cantanhede aprovou, na sua reunião ordinária de 15 de junho, a atribuição de subsídios à Junta de Freguesia de Cadima no valor total de cerca de 41 mil euros. Esta verba faz parte do pacote financeiro que o executivo camarário liderado por Helena Teodósio destina às juntas para financiar despesas na realização de obras ou aquisição de bens de capital e cujo pagamento é feito faseadamente ao longo do ano.

No caso da de Cadima, o montante que vai receber agora é para execução de passeios, construção de muros e a aquisição de um trator com destroçador e corta-mato, equipamentos que, além da realização de trabalhos de conservação de caminhos vicinais, desmatações, limpeza de valetas e criação de faixas de gestão de combustível, vão integrar o dispositivo de recursos adstritos ao Serviço Municipal de Proteção Civil.

Quanto aos passeios, o subsídio atribuído é para pagar as obras que a esse nível já estão a ser realizadas, ou serão iniciadas brevemente, na Rua Dona Maria Zuzarte Pessoa, no Zambujal, na Rua Principal da Taboeira, na Rua Carlos Gil e na Rua Aristides Gonçalves Salvador, ambas em Cadima, está última numa zona em que é muito importante acautelar o índice de segurança dos transeuntes, uma vez que faz a ligação do Largo Central ao Centro escolar numa distância bastante apreciável e nela circulam habitualmente muitas crianças.

De resto, esta obra é complementar a outra que está em conclusão no lado oposto da Rua Aristides Gonçalves Salvador, onde está a ser concluída a construção de passeios e de uma faixa clicável, bem como de bermas espraçadas, no âmbito de uma empreitada que ascende a 125.778 euros e que contempla ainda a aplicação de um novo piso em tapete betuminoso.

Finalmente, uma parte considerável da verba que, ao abrigo da deliberação camarária de 15 de junho, a Câmara Municipal vai transferir para a Junta de Freguesia de Cadima, destina-se à

NOTÍCIA

17 junho 2021
DCIPT



construção de muros nos terrenos em que os proprietários cederam alguma área para possibilitarem o alargamento de vias ou outras obras de utilidade pública, nomeadamente ao nível da segurança de pessoas e na circulação de veículos.